




República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  F.º 9206

CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO n.º 001/2020

PROC. ADM. n.º 5934/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2018

Contrato de Gestão que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ**, inscrito no CNPJ sob o n.º 31.505.027/0001-60, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, com sede na Rua Conde de Araruama, n.º 425, Bairro Centro, Quissamã/RJ, neste ato representada pela Sr.^a Simone Flores Soares de Oliveira Barros, inscrita no CPF n.º 074.058.417-08, devidamente autorizada por ato de delegação da Sr.^a. Prefeita do Município de Quissamã, através da Portaria n.º 15310 publicada no Diário Oficial do Município no dia 09/05/2018, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS – INSV – INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 13.824.560/0001-02, estabelecida na Rua Sebastião Dias, s/n, Campinhos, Santo Amaro/BA, neste ato representado pelo seu representante legal Carlos Alberto do Espírito Santo, brasileiro, casado, portador do RG n.º 0037495097, inscrito no CPF n.º 024.818.635-34, residente e domiciliado na Avenida Oceânica, n.º 2400, Ed. Ondina Apart Hotel, apt.º 615, Ondina Salvador/BA, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, pelas condições estabelecidas nas cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Chamamento Público a celebração de futuro CONTRATO DE GESTÃO, a ser firmado com entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização

mg/s

[Handwritten signatures]



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ

Processo n.º 5934/17
Rubrica \$ F. 9202

Social na área de saúde, perante o Município de Quissamã para a Gestão, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde do Hospital Municipal Maria Mariana de Jesus, da Unidade de Pronto Atendimento Mário Barros Wagner, localizada em Barra do Furado e do Centro de Saúde Benedito Pinto das Chagas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Contrato vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses;

2.2. A efetiva execução do presente instrumento dar-se-á no dia 01 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. Os repasses referentes aos primeiros 12 (doze) meses de execução do objeto do presente Contrato de Gestão serão efetuados em parcelas mensais e sucessivas, cada uma no valor de R\$ 2.097.327,46 (dois milhões e noventa e sete mil trezentos e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos), totalizando o valor de R\$ 25.167.929,53 (vinte e cinco milhões cento e sessenta e sete mil novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos), anuais, a ser pago, conforme cronograma de desembolso previamente estabelecido e demais condições previstas no edital.

§1º - Estão inclusos nos preços todo e qualquer custo ou despesa necessários à prestação dos serviços objeto deste instrumento, tais como: encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, despesas e custos operacionais e não operacionais (traslado, materiais de consumo, expediente, limpeza, alimentação, equipamentos de imagem e laboratoriais, entre outros).

recebido:



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica \$ 9208

§ 2º - suprimido (por meio da Errata nº 2 ao Edital).

§ 3º O valor do contrato pode ser reajustado a cada 12 (doze) meses, tomando-se por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – Especial – IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, na sua falta, índice legalmente previsto na época.

§ 4º - As revisões dos preços dos serviços, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, poderão ocorrer através de processo fundamentado e que comprove alteração nos custos por meio de documentação a ser analisada pela CONTRATANTE, e deverão ter por base os preços da proposta apresentada na data do Chamamento Público, conforme segue:


- Os aumentos provenientes de Dissídio Coletivo da categoria incidirão, exclusivamente, sobre o montante "A" das planilhas que consubstanciam o Anexo VI do edital;
- Os aumentos do Montante "A" do Anexo VI repercutirão na Remuneração do Provisionamento e Impostos;
- É vedado à Contratada interromper o serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no edital;
- Na hipótese da CONTRATADA não efetuar a adequação dos preços, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá cancelar parcial ou totalmente este Contrato.

§ 5º - Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a CONTRATANTE adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanham o pedido, pesquisa de mercado a ser realizada pela própria, utilizando-se também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal; devendo a deliberação ou deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos.

mag's



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  Fis. 9704

§ 6º Não será admitida qualquer alegação destinada ao ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos tributários.

CLÁUSULA QUARTA – DOS REPASSES

4.1 Os repasses/pagamentos serão efetuados à CONTRATADA mediante crédito em conta-corrente, mantida em estabelecimento bancário oficial, assim reconhecido pelo Banco Central do Brasil, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final referente ao período de adimplemento de cada parcela, consistente na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente aplicável aos Contratos de Gestão regidos pela Lei nº 9.637/98, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, nos termos do art. 40, XIV, “a”, da Lei 8.666/93, devendo atender, ainda, aos seguintes critérios:

4.2. Os pagamentos/repasses serão realizados pela Administração Municipal através do Fundo Municipal de Saúde;

4.3. O repasse dos valores relativos à execução dos serviços ficará condicionado à comprovação de regularidade fiscal da Contratada, bem como a comprovação da apresentação da prestação de contas de repasse feito em prazo superior a 60 (sessenta) dias;

4.4. Havendo erro no documento de cobrança, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de apresentação da fatura, devidamente corrigida;









República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ

Processo n.º 5934/17

Rubrica *[assinatura]* Fís. 9810

4.5. Havendo informações, registros ou denúncias de usuários ou relatórios gerenciais com registro de descumprimento, no todo ou em parte, das condições pactuadas no contrato que tem como base este Projeto, a tramitação do faturamento da prestação de contas do mês corrente poderá ser mantida. Entretanto, serão realizadas auditorias pela Secretaria a fim de averiguar possíveis descumprimentos e, quando comprovados, haverá aplicação das multas e penalidades contratuais nas futuras subseqüentes, assim como será designado prazo pela Secretaria para que a Contratada adote as providências necessárias à correção do descumprimento;

4.6 Em eventual hipótese de atraso de pagamento/repasse, desde que a CONTRATADA não haja, de alguma forma concorrido ou dado causa, o valor devido deverá ser acrescido dos encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.”

4.7 Em hipótese alguma haverá antecipação de pagamentos ou de repasses

meq/y

[assinatura]

[assinatura]
HP



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica Fm. 9811

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.302.0009.2083;

Natureza da Despesa 3350.39;

Fonte: 102, 610, 612 e 613

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Prestar os serviços em estrita observância às especificações constantes do Edital, Projeto Básico e os anexos I ao IV, bem como do presente contrato, devendo:

6.1.1 Assegurar o cumprimento de todas as normas contábeis e financeiras;

6.1.2 Assegurar o cumprimento da Legislação Brasileira;

6.1.3 Prover as instalações e aparato necessários aos serviços de gestão administrativa;

6.1.4 Assegurar a capacitação do pessoal encarregado das funções de gestão administrativa;

6.1.5 Assegurar boas práticas de governança.

6.2 Serviços de Pessoal e de Terceiros – a Contratada será integralmente responsável pela contratação de pessoal e de terceiros para execução dos serviços que compõem o Contrato. A Contratada deve dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, com quantitativo compatível para o perfil da unidade e os serviços a serem prestados. Deverá desenvolver e implantar uma Política de Gestão de Pessoas e obedecer às Normas do Ministério

meq/s



República Federativa do Brasil -- Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 -- Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ

Processo n.º 5934/17

Rubrica  Fm. 9812

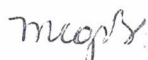
da Saúde/MS, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, especialmente a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde (NR 32), assim como as Resoluções dos Conselhos Profissionais. Deverá, ainda, implantar e desenvolver uma Política de Segurança do Trabalho e Prevenção de Acidentes, em conformidade com a NR 32/2005 do MTE.

6.3 O médico designado como Diretor/Responsável Técnico da Unidade, somente poderá assumir a responsabilidade técnica por uma única unidade cadastrada pelo Sistema Único de Saúde. Sendo vedada a qualquer profissional exercer de forma cumulativa mais de uma Coordenação.

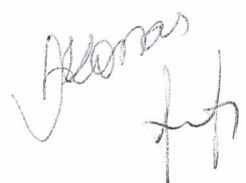
6.4 A equipe médica e de enfermagem deverá ser disponibilizada em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços e composta por profissionais das especialidades exigidas, possuidores do título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (Resolução CFM nº. 1634/2002) e no Conselho Regional de Enfermagem, ensejando que a unidade realize a atividade assistencial quantificada no contrato. Os profissionais do PA (médicos e enfermeiros) deverão possuir, minimamente, o curso de BLS (Basic Life Support). Caso estes profissionais não possuam tal qualificação, a Contratada deverá disponibilizar cursos para os mesmos, no prazo máximo de 03 (três) meses após a assinatura do contrato. A educação permanente das categorias profissionais ligadas à assistência é de responsabilidade da Contratada.

6.5 Aquisição e Gestão de Suprimentos - é dever da CONTRATADA manter estoque em qualidade e quantidade suficientes de medicamentos, material médico hospitalar e correlatos. A Contratada só poderá utilizar os produtos farmacêuticos registrados na ANVISA. É vedada a utilização de materiais e substâncias proibidas.

6.6 Os manuais, procedimentos e/ou rotinas administrativas de funcionamento e de atendimento deverão estar disponibilizadas escritas ou em sistema informatizado, acessível a todos os profissionais, atualizadas e revisadas anualmente, assinadas pelo Diretor/Responsável Técnico.










República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  Fm. 9813

Os procedimentos e rotinas devem abordar todos os processos envolvidos na assistência, que contemplem desde os aspectos organizacionais até os operacionais e técnicos.

6.7 A Contratada deverá definir protocolos médicos, de enfermagem e demais áreas, em concordância com a Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a eliminação de intervenções desnecessárias e respeitando a individualidade do sujeito, que deverão estar disponibilizadas escritas ou em sistema informatizado, acessível a todos os profissionais da assistência à saúde, atualizados, revisadas anualmente e assinadas pelo Diretor/Responsável Técnico. Deverá ser apresentado, no mínimo, 5 (cinco) protocolos clínicos a cada quadrimestre de contrato.

6.8 A unidade deve possuir o prontuário do paciente, individualizado, com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, intervenções e exames realizados, todas devidamente escritas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos, equipe de enfermagem, nutrição e demais profissionais que o assistam). Os prontuários deverão estar devidamente ordenados no Serviço de Arquivo de Prontuários e Estatística – sob metodologia específica -, garantindo a recuperação do mesmo prontuário para cada paciente, evitando a duplicação e perda de informações.

6.9. A Unidade deverá implementar, no mínimo, as seguintes comissões ou grupos de trabalho:

6.9.1 Comissão de Ética Médica;

6.9.2 Comissão de Ética de Enfermagem;

6.9.3 Núcleo de Segurança do Paciente;

6.9.4 Comissão de Óbitos;

6.9.5 Comissão de Avaliação e Revisão de Prontuários;

6.9.6 Comissão de Vigilância Epidemiológica Hospitalar


6.10 Caberá à Contratada a manutenção da rede lógica (estruturada) e elétrica para informática, bem como a manutenção de microcomputadores, microcomputador tipo servidor, impressoras, ativos de rede (switch), rede wireless, link de comunicação de dados, sistema de gestão e outros, para o pleno funcionamento e informatização da Unidade.

meq/s:





República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  Fís. 9814

6.10.1 O sistema de informação a ser utilizado na gestão de informações na Unidade será fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde ou pela CONTRATADA com anuência da Secretaria, além do uso dos sistemas oficiais pactuados, tais como: NOTIFIQUE, SISFARMA, FPO/BPA, SIA/SUS, SUREM/SISREG, dentre outros.

6.10.2. A Contratada deverá adotar e suprir de informações, em tempo real, os Sistemas de Informação oficiais, tanto os do Ministério da Saúde, como os da Secretaria em todos os setores e serviços prestados no PA.

6.10.3 O sistema para gestão de serviço de saúde deverá contemplar no mínimo: registro de atendimentos nos serviços de Urgência/Emergência e Pronto Atendimento, exames complementares, controle de estoques (almoxarifado e farmácia), prontuário médico (observando o disposto na legislação vigente, incluindo a Resolução CFM nº. 1.638/2002), serviços de apoio e relatórios gerenciais, que permitam a Secretaria Municipal de Saúde analisar remotamente, atendendo aos indicadores e informações especificados no Contrato e na legislação vigente (Portarias, Normas, RDC, Decretos, Instruções Normativas, entre outros).

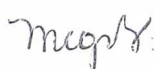
6.11 A gestão da Unidade deverá respeitar a Legislação Ambiental e possuir toda a documentação exigida. O PGRSS deverá ser apresentado e validado pela Secretaria conforme prazo estipulado.

6.12 A unidade deverá dispor de um Serviço de Farmácia Hospitalar, dirigido por farmacêutico, subordinado diretamente ao responsável técnico médico, que desenvolva atividades clínicas e relacionadas à gestão, que devem ser organizadas de acordo com as características onde se insere o serviço, isto é, manter coerência com o porte e o nível de complexidade do mesmo.


6.12.1. A Farmácia Satélite deverá funcionar durante as 24 h e será destinada exclusivamente à dispensação de medicações para a sala de estabilização, urgência/emergência e observação adulta e pediátrica.

6.12.2. Os medicamentos dessa farmácia serão fornecidos pela Secretaria, não compondo a planilha de custos da Contratada.

6.13. A Contratada se obriga a, durante todo o prazo de vigência do Contrato de Gestão, manter e conservar todos os equipamentos clínicos, não-clínicos e mobiliários, bem como todos os instrumentos cirúrgicos para realização de exames, os respectivos equipamentos e acessórios,









República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 -- Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica [assinatura] Fls. 9815

assim como deverá manter o ambiente seguro, com práticas que assegurem padrões altos de conforto e limpeza.

6.14. A unidade deverá dispor do Núcleo de Epidemiologia (NEP), com profissionais pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Saúde, que será responsável pela realização de vigilância epidemiológica de doenças de notificação compulsória no PA e no Ambulatório, assim como ações relacionadas a outros agravos de interesse epidemiológico.

6.15. A gestão da Unidade poderá celebrar Contrato de Comodato para os equipamentos de laboratórios e materiais de análises clínicas, bomba de infusão, e outros que venham a ser necessários, assim como contrato de aluguel, leasing ou outra modalidade para utilização de equipamentos que a especialidade médica venha a necessitar para esclarecimento diagnóstico.

6.16. A Contratada não poderá envolver as instalações, os usuários ou a Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Saúde em nenhum tratamento experimental ou pesquisa médica sem prévia permissão da Secretaria.

6.17. Os clientes idosos, adolescentes e crianças em observação na pediatria terão direito a acompanhante.

6.18. A enfermagem da Unidade deverá instituir a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) de acordo com a Resolução COFEN nº. 272/2004 que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem nas instituições de saúde brasileiras.

6.19. A Contratada deverá informar, mensalmente, toda a produção ambulatorial da Unidade nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde (Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS, em meio magnético, para processamento na Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo ao cronograma oficial.

6.20. A Contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva da estrutura física, no que tange à depreciação do imóvel pelo uso. Tais como: Pintura (anual), serviços de carpintaria, jardinagem, campinagem, manutenção da rede elétrica, hidráulica e esgotamento sanitário, serviços gerais de reparos na estrutura da unidade. A estrutura física predial deve ter aparência e funcionalidade de qualidade, em perfeitas condições de uso dentro das normas vigentes em vigilância sanitária. A Secretaria Municipal de Saúde será responsável exclusivamente pelos serviços de ampliação e reforma da estrutura física.


mcg

[assinatura]

Alonzo
[assinatura]



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  Fís. 9216

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Gerir e supervisionar os serviços de saúde desempenhados na unidade, com vistas ao cumprimento das metas previstas;

7.2 Disponibilizar à CONTRATADA adequada estrutura física, materiais permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento da Unidade de Saúde, conforme conjunto de plantas arquitetônicas e inventário patrimonial que neste se integram independente de transcrição, compatível ao porte da Unidade e serviços contratados;

7.3 Eliminar fatores restritivos a flexibilidade da ação administrativa e gerencial da contratada com vista a propiciar condições para o alcance de seus objetivos, assegurando-lhe a necessária autonomia administrativa;

7.4 Prestar esclarecimentos e informações à CONTRATADA que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente Contrato;

7.5 Pagar os serviços prestados pela CONTRATADA, nos termos pactuados com a CONTRATANTE ora constantes no Edital e no presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÕES

8.1. Declara a CONTRATADA que efetuou vistoria no imóvel da Unidade de Saúde, constatando que o mesmo se encontra em perfeito estado, com suas unidades e instalações em correto funcionamento, obrigando-se ainda a devolvê-lo, nas mesmas condições, quando do término ou rescisão do presente contrato;









República Federativa do Brasil -- Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica \$ Fm. 9817

8.2. Declara, ainda, assumir inteira e total responsabilidade por todos e quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pessoais, morais ou materiais, eximindo a CONTRATANTE de quaisquer ônus decorrentes da execução dos serviços prestados.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos através da Comissão de Monitoramento e Avaliação, composta por 03 (três) membros profissionais de notória especialização, capacidade técnica comprovada e adequada qualificação, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei 9.637/1998, c/c § 2º do art. 8º da Lei Municipal 1.430/2014, ora representantes da Contratante, especialmente designados;

9.2 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação fiscalizará a efetiva execução dos serviços através de visitas periódicas às unidades de saúde objeto do pacto, e emitirá relatório mensal para atestação do atingimento das metas e resultados, devendo basear-se nos relatórios mensais emitidos pelas Comissões instituídas pela Parceira Contratada, denominadas Controle de Infecção Hospitalar; de Ética Médica; de Ética de Enfermagem; de Verificação de Óbitos; de Revisão de prontuários; de Vigilância Epidemiológica Hospitalar e Núcleo de Segurança do Paciente;

9.3 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá pautar seu trabalho de efetiva fiscalização nos critérios de metas e resultados constantes no item 13.1 – Proposta de Modelo Gerencial do instrumento convocatório;

9.4 - A Parceira Contratada deverá apresentar até o vigésimo quinto dias de cada mês, em conjunto com sua solicitação de repasse, o seu respectivo relatório de execução de serviços apontando a produtividade parcial do período corrente, do primeiro dia ao vigésimo dia e o relatório integral de execução dos serviços do mês anterior;


9.5 - A Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Saúde deverá instituir Comissão de Avaliação da Prestação de Contas composta por 03 (três) membros e

maçã



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ

Processo n.º 5934/17
Rubrica  Fm. 9818

representantes da Contratante, especialmente designados para analisar a execução financeira, através dos relatórios financeiros mensais apresentados pela Contratada;

9.5.1 - Os relatórios mensais das Comissões instituídas pela Parceira Contratada, citadas no item 6.9 do Projeto Básico, deverão ser entregues pela Contratada à Comissão de Monitoramento e Avaliação até o vigésimo dia do mês em curso, referente as execuções do mês anterior, com exceção ao primeiro mês de execução do contrato, pois deverão apresentar relatório referente aos primeiros 18 dias de execução, e a Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá apresentar seu relatório até o vigésimo quinto dia do mês em curso à Secretaria Municipal de Saúde, como pré-requisito para liberação de futuros repasses;

9.5.2- A Comissão de Avaliação da Prestação de Contas nomeada pela Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Saúde deverá apresentar parecer quanto a sua avaliação das contas, conforme cronograma a seguir:

- a) primeiro mês – execução contratual;
 - b) segundo mês – pagamento da execução contratual de competência do primeiro mês;
 - c) terceiro mês - prestação de contas por parte da Contratada, até o vigésimo dia do terceiro mês, referente a execução financeira (segundo mês), satisfazendo as obrigações oriundas da execução contratual da competência do mês anterior (primeiro mês), à Secretaria Municipal de Saúde, e esta, de imediato, encaminhará para análise a ser realizada pela Comissão de Avaliação de Prestação de Contas;
 - d) quarto mês – A Comissão de Avaliação de Prestação de Contas, apresentará o parecer até o vigésimo dia do quarto mês, à Comissão de Monitoramento e Avaliação, da prestação de contas financeira, referente a execução financeira (segundo mês), satisfazendo as obrigações oriundas da execução contratual da competência do mês anterior (primeiro mês);
 - e) A partir do quarto mês e nos meses subsequentes, a Comissão de Monitoramento e Avaliação receberá o parecer da Comissão de Avaliação de Prestação de Contas, e incluirá em sua análise mensal o referido parecer para conclusão, através de relatório a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde.
- 9.6 – A fiscalização pela Comissão de Monitoramento e Avaliação também se dará através de Pesquisa de Satisfação Contínua;

mgf





República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica 4 Fm. 9819

- 9.7 – A CONTRATADA deverá implementar sistema contínuo de pesquisa de satisfação mensurando satisfação quanto ao atendimento, instalações, serviços médicos, serviços de exame, limpeza e demais serviços vinculados ao objeto da parceria, enviando relatório decendial, devendo ser entregue à Comissão de Monitoramento e Avaliação até o segundo dia ao término de cada decêndio.
- 9.8 – As Comissões descritas no item n.º 26.2 deverão promover o registro das ocorrências verificadas em suas respectivas áreas de atuação, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, devendo contê-las nos seus relatórios mensais encaminhados à Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- 9.9 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos;
- 9.10 – DESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES NA EXECUÇÃO DA PARCERIA: Os parâmetros de avaliação das infrações a serem observados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, tendo como critério INFRAÇÕES – LEVES (L) e GRAVES (G), são:
- 9.10.1 Falta de acolhimento com classificação de risco na porta de entrada da unidade – G;
- 9.10.2 Falta de insumos – G;
- 9.10.3 Falta de profissionais no plantão; inclusive médico e de enfermagem – G;
- 9.10.4 Falta de segurança para garantir a integridade física de profissionais e pacientes – G;
- 9.10.5 Falta de notificação compulsória pelo médico da unidade – G;
- 9.10.6 Falta de cumprimento de horário pelos profissionais de saúde meio e fim – L;
- 9.10.7 Deixar de promover a manutenção predial, corretiva e preventiva dos bens públicos permitidos ou promover desvio de sua finalidade – G;
- 9.10.8 Falta de comissões de ética médica e de enfermagem, comissão de revisão de prontuários, comissão de óbito e comissão de eventos adversos – G;
- 9.10.9 Falta de realização de internações e consultas através de câmara técnica de infectologia, a realizar-se pelo médico da unidade – G;

meq/s.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã


PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica 4 Fls. 9820

- 9.10.10 Falta de controle de materiais inservíveis com envio para o almoxarifado através de planilha de movimentação de patrimônio – L;
- 9.10.11 Falta de ficha funcional e avaliação de desempenho dos profissionais da unidade – L;
- 9.10.12 Falta de organização do SAME, com arquivamento indevido e documentos e prontuários sem qualquer forma de arrumação e processo de trabalho para armazenamento – L;
- 9.10.13 Não preenchimento pelo profissional, ausência de digitação e o não envio do BPA para a secretaria até o terceiro dia útil de mês subsequente – L;
- 9.10.14 Utilizar de forma irregular os recursos públicos que lhe foram destinados – G;
- 9.10.15 Incurrir em irregularidade fiscal, previdenciária ou trabalhista – G;
- 9.10.16 Violar os Princípios que regem o Sistema Único de Saúde – G;
- 9.10.17 Reincidência por incidência da glosa - G
- 9.11- PENALIDADES NA EXECUÇÃO DA PARCERIA: Penalidades a serem impostas pela autoridade supervisora, Secretaria Municipal de Saúde:
- 9.11.1 - Advertência quando for o caso da prática de uma infração identificada como LEVE (L);
- 9.11.2 - Multa administrativa:
- 9.11.2.1 – a reincidência de uma infração LEVE (L), da mesma natureza, será aplicada multa administrativa correspondente a 2,0% (dois vírgula por cento) sobre o valor do Contrato de Gestão mensal;
- 9.11.2.2 – a prática de qualquer infração identificada como GRAVE (G) será aplicada multa administrativa correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato de Gestão mensal;
- 9.11.2.3 – em caso de três incidências de infrações consideradas como LEVES (L), bem como a reincidência de uma infração GRAVE (G), será aplicada multa administrativa correspondente ao dobro do percentual a que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), sobre o valor do Contrato de Gestão mensal;
- 9.11.3 - A multa prevista no item acima não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento à Contratada por perdas e danos de infrações cometidas;
- 9.11.4 - As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor devido a ser repassado, após

mgv:



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  Fm. 9821

prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração Municipal;

9.11.5 - A multa administrativa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela Parceira e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que esta rescinda unilateralmente a parceira;

9.11.6 – Os pagamentos realizados pela Parceira CONTRATADA identificados com possíveis inconformidades nas prestações de contas financeiras mensais e decorrentes do não atingimento dos índices adequados de cumprimento de metas, deverão ser objeto de glosa;

9.11.7 - Os danos e prejuízos identificados no item anterior, serão ressarcidos à Parceira Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa de ciência à Contratada.

9.12 – GLOSAS NA EXECUÇÃO DA PARCERIA: Os parâmetros de avaliação do não cumprimento de METAS a serem observados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, tendo como critério:

9.12.1 – em caso de cumprimento de no mínimo 90% (noventa por cento) das metas será considerado um desvio LEVE (L) que deverá ser corrigido no mês seguinte à notificação.

9.12.1.1 – neste caso, a parceira será notificada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação para que apresente justificativa e medidas mitigadoras para correção do desvio, no prazo de 10 (dez) dias corridos computados do recebimento da notificação.

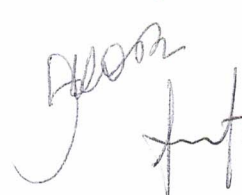
9.12.1.2 – a apresentação das metas alcançadas seguirá os prazos previstos no item A.5.2 e alíneas de “a” a “e”.

9.12.1.3 – em caso de não cumprimento da meta de 100% (cem por cento) no mês subsequente à notificação, a parceira será glosada em até 1,0% (um por cento) do valor de repasse mensal dos itens “A” e “B” objetos da glosa constante na composição de.

9.12.2 – em caso de cumprimento entre 70% a 89% (setenta e oitenta e nove por cento) das metas será considerado um desvio MÉDIA (M) que deverá ser corrigido no mês seguinte à notificação.










República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  Fm. 9822

9.12.2.1 – neste caso, a parceira será notificada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação para que apresente justificativa e medidas resolutivas para correção do desvio, no prazo de 10 (dez) dias corridos computados do recebimento da notificação e será glosada em até 3,0 (três por cento) do valor de repasse mensal dos itens “A” e “B” objetos da glosa constante na composição de custo.

9.12.2.2 – a apresentação das metas alcançadas seguirá os prazos previstos no item 9.5.2 e alíneas de “a” a “e”.

9.12.2.3 – em caso de não cumprimento da meta de 100% (cem por cento) no mês subsequente à notificação, a parceira será glosada novamente em até 3,0% (três por cento) do valor de repasse mensal dos itens “A” e “B” objetos da glosa constante na composição de custo e será advertida pelo descumprimento das metas, podendo ser enquadrada cumulativamente multa prevista no item 9.10 – DESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES NA EXECUÇÃO DA PARCERIA – 9.10.17, podendo alcançar os casos de rescisão previstos no Item n.º 9.14 - DA RESCISÃO DO CONTRATO DE GESTÃO – 26.14.1.1.

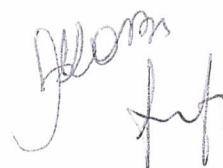
9.12.3 – em caso de cumprimento entre 60% a 69% (sessenta a sessenta e nove por cento) das metas será considerado um desvio GRAVE (G) que deverá ser corrigido no mês seguinte à notificação.

9.12.3.1 – neste caso, a parceira será notificada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação para que apresente justificativa e medidas mitigadoras para correção do desvio, no prazo de 10 (dez) dias corridos computados do recebimento da notificação e será glosada em até 4,0 (quatro por cento) do valor de repasse mensal dos itens “A” e “B” objetos da glosa constante na composição de custo.

9.12.3.2 – a apresentação das metas alcançadas seguirá os prazos previstos no item 9.5.2 e alíneas de “a” a “e”.


9.12.3.3 – em caso de não cumprimento da meta de 100% (cem por cento) no mês subsequente à notificação, a parceira será glosada novamente em até 4,0% (quatro por cento) do valor de repasse mensal dos itens “A” e “B” objetos da glosa constante na composição de custo e será advertida pelo descumprimento das metas, podendo ser enquadrada cumulativamente multa prevista no item 9.10 – DESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES NA EXECUÇÃO DA PARCERIA –

meq/s





República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  F.º 9823

9.10.17, alcançando os casos de rescisão previstos no Item n.º 9.14 - DA RESCISÃO DO CONTRATO DE GESTÃO – 9.14.1.1.

9.13 – AVALIAÇÃO DAS METAS:

9.13.1 – as metas serão avaliadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação com base no relatório integral de execução dos serviços comparados ao sistema DATASUS para averiguação da veracidade das informações e o atingimento das metas previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES.

11.1 À CONTRATADA que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicado sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo; garantida a ampla defesa e o contraditório:

11.1.1 INFRAÇÕES – LEVES (L) e GRAVES (G)

11.1.1.1 Falta de acolhimento com classificação de risco na porta de entrada da unidade – G;

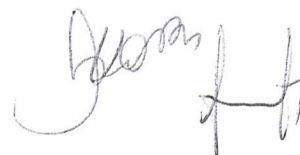
11.1.1.2 Falta de controle de estoque de medicação e insumos – G;

11.1.1.3 Falta de profissionais no plantão; inclusive médico e de enfermagem – G;

11.1.1.4 Falta de segurança para garantir a integridade física de profissionais e pacientes – G;









- 11.1.1.5 Falta de notificação compulsória pelo médico da unidade – G;
- 11.1.1.6 Falta de cumprimento de horário pelos profissionais de saúde meio e fim – L;
- 11.1.1.7 Falta de manutenção predial, corretiva e preventiva – G;
- 11.1.1.8 Falta de comissões de ética médica e de enfermagem, comissão de revisão de prontuários, comissão de óbito e comissão de eventos adversos – G;
- 11.1.1.9 Falta de realização de Inter consultas através de câmara técnica de infectologia, a realizar-se pelo médico da unidade – G;
- 11.1.1.10 Falta de controle de materiais inservíveis com envio para o almoxarifado através de planilha de movimentação de patrimônio – L;
- 11.1.1.11 Falta de ficha funcional e avaliação de desempenho dos profissionais da unidade – L;
- 11.1.1.12 Falta de organização do SAME, com arquivamento indevido e documentos e prontuários sem qualquer forma de arrumação e processo de trabalho para armazenamento – L;
- 11.1.1.13 Não preenchimento pelo profissional, ausência de digitação e o não envio do BPA para a Secretaria até o terceiro dia útil de mês subsequente;

11.1.2 PENAS

- 11.1.2.1 Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.
- 11.1.2.2 Multas aplicadas às faturas de pagamento conforme avaliação qualitativa a ser efetuada periodicamente pela Secretaria em caso de falta grave ou reincidência de leve, ainda que inespecífica.
- 11.1.3 Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço da caução, quando exigida;
- 11.1.4 Suspensão Temporária nos prazos abaixo definidos:
 - a) até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias, nos casos de fornecimento ou por mais de 30 (trinta) dias nos casos de execução de obras ou serviços, no mesmo contrato ou em contratos distintos no período de 01 (um) ano;
 - b) até 12 meses nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração;

mgpr

el

Alcom
th



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica *[assinatura]* Fis. 9825

11.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal quando o concorrente incorrer por duas vezes na suspensão em virtude de sua inadimplência ter acarretado prejuízo para a Administração.

11.1.6 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

11.1.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

11.1.8 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração Municipal.

11.1.9 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

11.1.10 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela CONTRATADA e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

11.1.11 As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da CONTRATADA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas.

11.1.12 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO.

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica \$ Fls. 9826

12.1 O Contrato de Gestão poderá ser rescindido, nos casos de:

12.1.1 - reincidência da prática de infrações, após a aplicação das multas e/ou glosas de metas não alcançadas reiteradamente, previstas no edital;

12.1.2 - descumprimento das obrigações contratuais: o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.3 - irregularidade nas obrigações contratuais: o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

12.1.4 - demora no cumprimento do contrato: a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão eficiente e qualitativa do serviço ou do fornecimento, ora objeto deste instrumento, nos prazos estipulados;

12.1.5 - atraso injustificado: o atraso injustificado no início da execução do Plano de Trabalho;

12.1.6 - paralisação das atividades: a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

12.1.7 - descumprimento das determinações da autoridade competente: o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

12.1.8 - faltas na execução do contrato: o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio pelo representante da Contratante;

12.1.9 - interesse público de alta relevância: razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

12.1.10 - motivo de caso fortuito ou força maior: a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

12.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3 - A rescisão do contrato poderá ser:

12.3.1 - determinada por ato unilateral da Contratante, denominada Rescisão Administrativa ,

12.3.2 - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;

12.3.3 – judicial.


migb

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica  Fls. 9827

12.4 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Parceira Contratante;

12.5 - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a Parceira Contratante poderá:

12.5.1 - reter, a título de compensação, os créditos devidos à Parceira e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;

12.5.2 - cobrar a Parceira, multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor reajustado dos serviços não executados, e;

12.5.3 - cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

12.6 - O Contratante Parceiro responsabilizar-se-á apenas pelos prejuízos suportados pela Parceira Contratada que der dado, exclusivamente causa, cabendo a Contratada, a comprovação do nexo de causalidade entre os prejuízos alegados e a mora da Contratante;

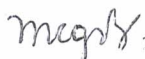
12.7 - Verificada qualquer uma das hipóteses de rescisão contratual, a Parceira Contratante providenciará a revogação da permissão de uso dos bens públicos, existente em decorrência do presente instrumento;

12.8 - Em caso de ser declarada a inidoneidade da Parceira Contratada pela Município, será aberto processo administrativo para desqualificação da entidade como Organização Social no âmbito do Município de Quissamã, sendo esta, competência exclusiva da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO.

13.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ através da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE providenciará a publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Município, ficando o ônus da publicação a cargo da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.









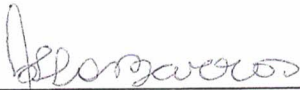
República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CEP 28.735-000 - Quissamã

PMQ
Processo n.º 5934/17
Rubrica \$ Fl. 9828

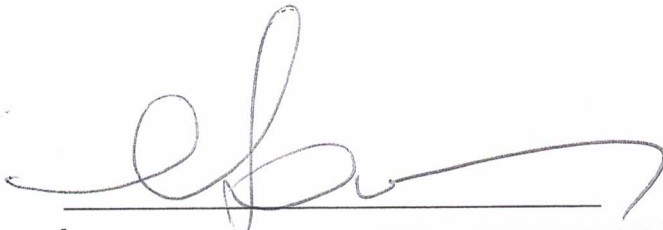
14.1 O foro do município de -Carapebus/Quissamã será competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Contrato.

E para firmeza e prova das condições estipuladas no presente Instrumento de Contrato, assinaram as partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas.

Quissamã, 12 de fevereiro de 2020.



MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ - CONTRATANTE
Simone Flores Soares de Oliveira Barros
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS – INSV – INSTITUTO DE
SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA

Testemunhas:

1. Leonardo Landeiro Passos
NOME: LEONARDO LANDEIRO PASSOS
CPF: 809.234.615-15

2. Meppstein
NOME: Maria Cristina Gomes Veril Steiner
CPF 000559547/90